

LEI MUNICIPAL Nº. 695/2010

Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Bela Cruz e institui a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA CRUZ,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Bela Cruz – CE, com o objetivo de assegurar-lhes o pleno exercício dos direitos individuais e sociais.

Art. 2º. Caberá aos órgãos e as entidades do Poder Público assegurar a pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos quanto à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo a infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 3º. Para os efeitos desta lei, considera-se a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, de 30 de março de 2007, e recepcionada pelo Decreto nº. 186 de 20/08/2008 e ratificada pelo Presidente da República pelo Decreto nº. 6.949/2009 de 26 de agosto de 2009.

Art. 4º. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será um órgão de caráter deliberativo relativo à sua área de atuação, com os seguintes objetivos:

I - elaborar os planos, programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência e propor as providências necessárias a sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as caráter legislativo;

II - zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

III - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais da acessibilidade à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, lazer, desporto, urbanismo e outras relativas à pessoa com deficiência;

IV - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

V - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VI - propor a elaboração de estudos e pesquisas que visem à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

VII - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

VIII - manifestar-se, dentro dos limites de atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;

IX - avaliar anualmente o desenvolvimento da política municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência de acordo com a legislação em vigor, visando à sua plena adequação;

X - elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 5º. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composto por 20(vinte) membros, titulares e suplentes, respectivamente, representantes dos seguintes órgãos ou entidades.

I - 10(dez) representantes e respectivos suplentes dos seguintes órgãos governamentais:

- a) Secretaria de Ação Social - 2(dois) titulares;
- b) Secretaria de Educação - 1(um) titular;
- c) Secretaria de Juventude e Desporto - 1(um) titular;
- d) Secretaria de Saúde - 1(um) titular;
- e) Secretaria de Infra-Estrutura - 1(um) titular;
- f) Conselho Tutelar - 1(um) titular;

- g) Câmara dos Vereadores – 1(um) titular;
- h) Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (NAPE) – 2(dois) titulares;

II – 10(dez) representantes e respectivos suplentes da sociedade civil organizados a seguir indicados

- a) 06 (seis) representantes da organização municipal para pessoa com deficiência;
- b) 01(um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- c) 01(um) representante do Sindicato dos servidores Públicos Municipais;
- d) 02(dois) representantes da Associação devidamente organizada e regularizada no cadastro da Assistência Social Municipal;

§ 1º - Cada representante terá um suplente com plenos poderes para substituí-lo provisoriamente em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo, no caso de vacância da titularidade.

§ 2º - A escolha das pessoas representantes de cada segmento da sociedade civil, titulares e suplentes, dar-se-á até 60 dias após a aprovação da Lei.

§ 3º - O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será eleito entre seus pares.

Art. 6º - O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será de dois anos, permitida uma única recondução consecutiva.

Art. 7º - Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão nomeados pelo Poder Executivo que, respeitando a eleição de que trata o parágrafo 2º do artigo 5º, homologará a eleição e os nomeará por meio de portaria.

Art. 8º - A função de conselheiro é reconhecida como de relevância pública.

Art. 9º - Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência poderão ser substituídos mediante solicitação da instituição ou autoridade pública a qual estejam vinculados, apresentada ao referido Conselho, o qual fará comunicação do ato ao Prefeito Municipal.

Art. 10 – Perderá o mandato o conselheiro que:

I - desvincular-se do órgão de origem de sua representação;

II – faltar a 3(três) reuniões consecutivas ou a 5(cinco) intercaladas, sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no Regimento Interno do Conselho;

- III** - apresentar renúncia ao Conselho, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção pela Comissão Executiva;
- IV** - apresentar comportamento incompatível com a dignidade das funções;
- V** - for condenado por sentença irrecorrível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

Parágrafo único - A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, do Ministério Público, Procuradoria ou Defensoria ou de qualquer cidadão, assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 11 - Perderá o mandato a instituição que:

- I** - extinguir sua base territorial de atuação no Município;
- II** - tiver constatado em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade que torne incompatível sua representação no Conselho;
- III** - sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

Parágrafo único - A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 12 - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizará, sob sua coordenação, uma Conferência Municipal a cada quatro anos, órgão colegiado de caráter deliberativo, para avaliar e propor atividades e políticas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Município, garantindo-se sua ampla divulgação.

§ 1º. - A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composta por delegados representantes dos órgãos, entidades e instituições de que trata o artigo 6º.

§ 2º. - A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será convocada pelo respectivo Conselho no período de até 90(noventa) dias anteriores à data para eleição do Conselho.

§ 3º. - Em razão da não convocação por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no prazo referido no parágrafo anterior, a iniciativa poderá ser realizada por 1/5 das instituições registradas no referido Conselho, que formarão comissão paritária para a organização e coordenação da Conferência.

Art. 13 - Compete à Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

- I** - avaliar a situação da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência;

- II** – fixar as diretrizes gerais da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência do biênio subsequente ao se sua realização;
- III** – avaliar e reformar as decisões administrativas do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, quando provocada;
- IV** - aprovar seu Regimento Interno;
- V** – aprovar e dar publicidade às suas Resoluções, que serão registradas em documento oficial.

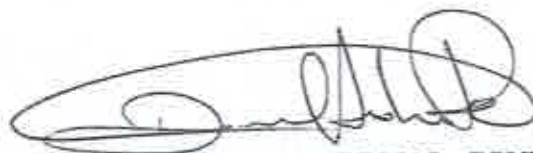
Art. 14. O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência contará com o suporte administrativo e financeiro do Governo do Estado do Ceará e a colaboração técnica das Secretarias Estaduais responsáveis pela execução das políticas públicas.

Art. 15. Para a realização da 1ª. Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será instituída pelo Poder Executivo Municipal comissão paritária responsável pela sua convocação e organização, mediante elaboração de Regimento Interno.

Art. 16. Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 30(trinta) dias, contados da sua publicação.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Bela Cruz, aos 20 de agosto de 2010.



DANIEL ADRIANO PINTO
Prefeito Municipal.